OUTUBRO 2026

jornal fne

Federação Nacional da Educação



Sem respeito não há aprendizagem.

Sem aprendizagem não há Escola Pública.

ÍNDICE

3 - 4
EDITORIAL

5 - 35
AÇÃO SINDICAL

36 - 37
TEM A PALAVRA

38 - 39
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

40 - 42
INTERNACIONAL

43 - 45
SAÚDE

FICHA TÉCNICA | OUTUBRO 2026

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Imagem de capa gerada por IA

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo e Social do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

EDITORIAL



Próximo Congresso da FNE: Do balanço à necessidade de uma reflexão profunda sobre os caminhos a percorrer

Caminhamos, em passo rápido, em direção à realização do XIV Congresso da Federação Nacional da Educação (FNE), previsto para a primavera do próximo ano.

Ou seja, a menos de um ano, num mandato estatutário de quatro anos, no qual o tempo passou de uma forma rápida, tal a quantidade de problemas que tivemos de acompanhar, na procura das melhores propostas a apresentar nas diversas mesas negociais em que estivemos e estamos envolvidos, nem sempre com um desenlace rápido e plenamente satisfatório conforme pretendíamos, mas sempre com a certeza do caminho a percorrer, com as metas a atingir muito bem definidas, na defesa intransigente dos trabalhadores da educação.

De entre muitas, queremos registar algumas situações:

- O conseguido e usufruído pela aplicação do acordo relativo à recuperação de tempo de serviço tendo como destinatários os docentes;

- A manifestação permanente de desagrado dos trabalhadores do apoio educativo decorrente da ausência de resolução das questões que os prejudicam;

- Das situações complexas, por vezes complicadas, que a área da educação tem vivido.

Estamos cientes que este não é o momento para fazer o balanço do trabalho desenvolvido pela FNE.

Contudo, sem falsas modéstias, é inquestionável o papel que a FNE tem desempenhado, ao nível das suas responsabilidades, como parceiro social, mas também como interlocutor pensante, antecipando contextos, proponente, devidamente fundamentado e ativo.

A fase de identificação de situações problemáticas que condicionam a existência de uma educação serena e confiável terá de deixar de ser o ponto de chegada, mas antes o ponto de partida para a resolução, de uma vez por todas, das situações negativas que teimam em permanecer no sistema.

Reafirmamos que não é o momento para balanços, mas antes, desde já, antecipar a necessidade de reflexão do papel que a FNE deve assumir, com a responsabilidade em termos de intervenção lhe é reconhecida, para que, de uma vez por todas, as situações problemáticas que assolam a educação sejam resolvidas.

O Congresso será o momento certo para dizermos que FNE queremos.

É nesse contexto, que o Congresso da FNE, em que os delegados que nele participarem têm um papel preponderante, será fundamental para definirmos a FNE que queremos para um futuro que se prevê, de imediato, conturbado, mas acima de tudo desconhecido para o qual teremos de estar preparados.

GABRIEL CONSTANTINO
PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO
E DO CONSELHO GERAL DA FNE

DIA MUNDIAL DO PROFESSOR
5 outubro
PORTUGAL

AO LADO DOS PROFESSORES

PROTEGER A PROFISSÃO
VALORIZAR O ESTATUTO
CONSTRUIR O FUTURO

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

60.º aniversário da Recomendação relativa ao Estatuto dos Professores (OIT e UNESCO, 1996)



DIA MUNDIAL DO PROFESSOR
PORTUGAL

AO LADO DOS PROFESSORES

PROTEGER A PROFISSÃO
VALORIZAR O ESTATUTO
CONSTRUIR O FUTURO

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

60.º aniversário da Recomendação relativa ao Estatuto dos Professores (OIT e UNESCO, 1996)

unesco unicef

FNE assinalou Dia Mundial do Professor com várias iniciativas

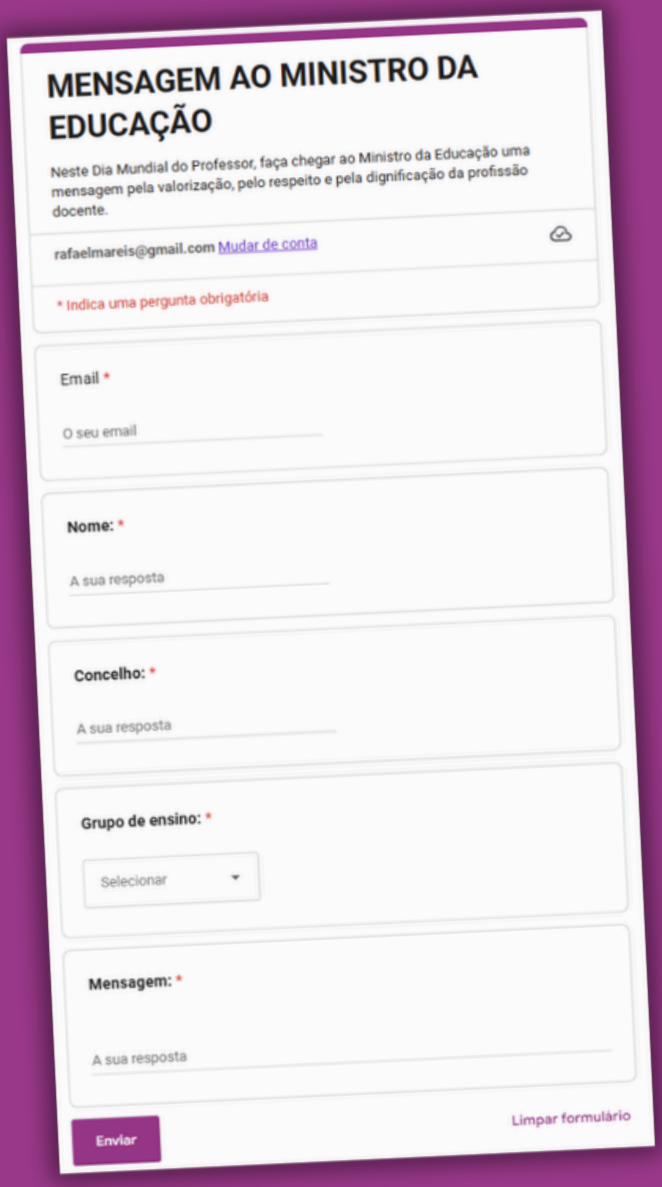
A campanha "O País que queremos começa na Escola" abriu este ano o programa de celebrações da FNE do Dia Mundial do Professor 2026. A campanha decorre em escolas de todo o Portugal Continental, Regiões Autónomas dos Açores e Madeira e pretende afirmar a importância da Educação e dos seus profissionais na construção de um país mais qualificado, mais justo, mais desenvolvido e preparado para enfrentar os desafios do futuro.

Esta campanha prolonga-se por todo o primeiro período e leva a cada escola uma mensagem de valorização da Educação e de quem nela trabalha, sublinhando que "o futuro não começa amanhã: começa já hoje, na escola".

A par desta ação, a FNE levou a cabo mais iniciativas com destaque para outra campanha nacional com o tema "Defender quem educa. Defender a Escola Pública" que inclui um Manifesto Nacional pelo Respeito, Autoridade e Segurança na Escola Pública, aberto à subscrição de profissionais da Educação, famílias, investigadores, especialistas, instituições e cidadãos com o qual a FNE pretende recolher milhares de assinaturas e construir uma ampla frente social em defesa da Escola Pública, demonstrando que o respeito por quem educa e trabalha nas escolas é uma responsabilidade que ultrapassa os profissionais e envolve toda a sociedade, assim como a Petição "Defender quem educa é defender a Escola Pública" que será entregue na Assembleia da República, depois de uma mobilização nacional com o objetivo de recolher milhares de assinaturas.

A ação **"MENSAGEM AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO"** é outra iniciativa que pretende fazer chegar ao Ministro da Educação uma mensagem pela valorização, pelo respeito e pela dignificação da profissão docente.

ENVIE ESTA MENSAGEM AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO



obrigadoprofessor
www.obrigadoprofessor.pt

"Ao lado dos professores: 60 anos a proteger a profissão, a promover o seu estatuto e a moldar o nosso futuro", foi o tema definido este ano pela Internacional da Educação (IE), com a FNE a pretender também com estas campanhas reforçar a mensagem de que a escola é o espaço onde se concretiza a igualdade de oportunidades e onde se abre caminho para um futuro de maior justiça social, inovação e democracia. Porém, este caminho não existe sem os professores e os trabalhadores da educação. São eles a força que sustenta a escola, a voz que guia os alunos e o exemplo que transforma vidas.

O Dia Mundial do Professor deve, por isso, servir de alerta. Não basta reconhecer o esforço ou a dedicação destes profissionais. É urgente transformar esse reconhecimento em medidas concretas. É necessário garantir a valorização da carreira docente, condições de trabalho dignas e estabilidade profissional que permitam recuperar, por completo, a confiança na profissão e atrair jovens para a carreira docente.

Este dia de celebração da profissão docente foi mais uma oportunidade para relembrar o Governo de que cortar no orçamento para a educação não é o caminho adequado. É necessário, pelo contrário, investimento do Governo para se alcançar uma educação de qualidade.



Dia Mundial do Professor mobiliza iniciativas de norte a sul e nas Regiões Autónomas

A FNE, em conjunto com os seus sindicatos, assinalou o Dia Mundial do Professor de 2026 com um conjunto diversificado de iniciativas culturais, educativas e de reflexão, reafirmando a importância social da profissão docente e a necessidade de continuar a valorizar os professores e a Escola Pública.

Celebrado anualmente a 5 de outubro, o Dia Mundial do Professor assumiu, este ano, um significado particularmente especial, ao assinalarem-se **os 60 anos da Recomendação da OIT/UNESCO relativa ao Estatuto dos Professores, adotada em 1966**, um documento de referência internacional para a defesa dos direitos, da dignidade e da valorização da profissão docente.

Ao longo da primeira semana de outubro, os sindicatos da FNE promoveram iniciativas em diferentes regiões do país, envolvendo professores, dirigentes sindicais, instituições educativas e comunidades locais, numa celebração que conjugou o reconhecimento do papel dos docentes com a reflexão sobre os desafios presentes e futuros da Educação.

O Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) desenvolveu um programa diversificado de comemorações, que teve início a 3 de outubro, em Viana do Castelo, com o workshop «Ecos de Escola», realizado na Biblioteca Municipal. A iniciativa proporcionou um espaço de reflexão e partilha sobre as relações no meio escolar e os desafios que se colocam à Educação.





Ainda em **Viana do Castelo**, o dia 5 de outubro ficou marcado pelo hastear da bandeira do Dia Mundial do Professor, na EB1 da Avenida, numa cerimónia acompanhada por momentos musicais. Entre os dias 3 e 7 de outubro, a exposição fotográfica «O Professor ao Longo dos Tempos», patente na Porta Mexia Galvão, convidou a comunidade a revisitar a evolução da profissão docente e o seu contributo para a sociedade.


COMEMORAÇÃO
DIA MUNDIAL do PROFESSOR
5 outubro
PORTUGAL
Sindicato dos Professores
Zona Norte
sempre AO LADO DOS PROFESSORES
PROTEGER A PROFISSÃO
VALORIZAR O ESTATUTO
CONSTRUIR O FUTURO











Em Penafiel, no dia 6 de outubro, o Auditório Municipal acolheu uma celebração cultural dedicada aos professores, que integrou uma apresentação teatral e um momento musical protagonizado pelo projeto VIP – Violino & Piano, num ambiente de reconhecimento e valorização da profissão. As comemorações do SPZN culminaram, a 7 de outubro, em Bragança, com a conferência «O país que queremos começa na escola», realizada na Escola Superior de Educação. O encontro constituiu uma oportunidade para debater o papel da Educação no desenvolvimento do país, os desafios da profissão docente e a importância de garantir melhores condições para ensinar e aprender.










FEE
DIA MUNDIAL DO PROFESSOR
obrigadoProfessor






DIA MUNDIAL DO PROFESSOR
5 outubro
PORTUGAL
obrigadoProfessor




O PAÍS COMEÇA NA ESCOLA

SDPGL homenageou professores em espaços de memória e reconhecimento

O Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo (SDPGL) assinalou a data com encontros de dirigentes sindicais junto dos monumentos de homenagem aos professores, em Santarém, Setúbal e Cacém/Sintra.

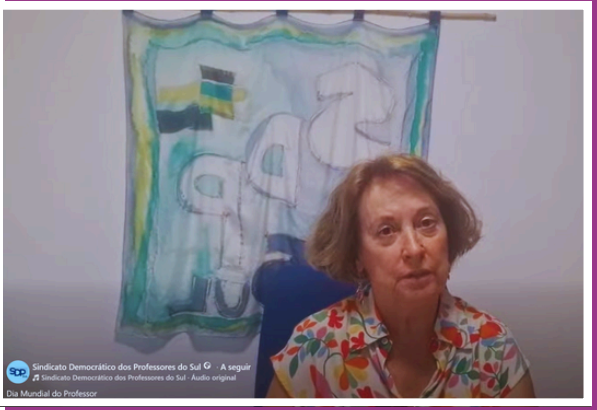
Estas iniciativas procuraram valorizar a memória coletiva da profissão e prestar tributo a sucessivas gerações de docentes que contribuíram para a construção de uma sociedade mais educada, democrática e inclusiva.



SDPSUL reforçou a proximidade às escolas

O Sindicato Democrático dos Professores do Sul (SDPSUL) desenvolveu um conjunto de iniciativas ao longo da semana, privilegiando a comunicação e o contacto direto com os docentes.

A divulgação de vídeos temáticos, uma mensagem da Presidente do Sindicato e a realização de visitas a escolas permitiram assinalar a efeméride, reforçando a proximidade sindical e o reconhecimento do trabalho quotidiano dos professores.



SDPM celebrou com concerto na Madeira

Na Região Autónoma da Madeira, o Sindicato Democrático dos Professores da Madeira (SDPM) promoveu, no dia 3 de outubro, um concerto comemorativo no Núcleo Histórico de Santo Amaro – Torre do Capitão.

O evento contou com a atuação da Associação de Jazz da Madeira – Melro Preto, proporcionando um momento cultural de celebração e homenagem aos docentes madeirenses..





Valorizar os professores é investir no futuro da Educação

Mais do que uma data comemorativa, o Dia Mundial do Professor constituiu uma oportunidade para a FNE reafirmar a importância de uma profissão que desempenha um papel insubstituível na formação das novas gerações e no desenvolvimento do país.

Num contexto marcado por desafios como a falta de professores, o envelhecimento da classe docente, a necessidade de tornar a carreira mais atrativa e a exigência de melhores condições de trabalho, a Federação sublinha que a valorização da Educação exige medidas concretas, investimento sustentado e reconhecimento efetivo de todos os profissionais.

As comemorações de 2026 reforçaram, assim, uma mensagem comum: respeitar e valorizar os professores é uma condição essencial para garantir uma Escola Pública de qualidade e um futuro melhor para todos.

A FNE reafirma o seu compromisso de continuar a trabalhar por uma profissão mais respeitada, valorizada e reconhecida, defendendo melhores condições de trabalho, uma carreira digna e uma escola capaz de responder às necessidades de todos os alunos.

Porque o futuro do país começa na Escola, a FNE continuará ao lado dos professores, a defender os seus direitos, a valorizar a profissão e a construir uma Educação melhor.



Mensagem do SG da FNE

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, deixou uma mensagem a marcar este dia de celebração:

"Neste Dia Mundial do Professor, quero começar por dizer, a todos os colegas, uma coisa muito simples, mas que sinto profundamente: obrigado.

Obrigado por aquilo que fazem todos os dias. Pela dedicação, pela persistência e por continuarem a acreditar que vale a pena ensinar, mesmo quando nem sempre é fácil.

Digo-o como Secretário-Geral da FNE, naturalmente. Mas digo-o, acima de tudo, como Professor. Como alguém que conhece a nossa profissão, que partilha as alegrias e as dificuldades e que continua a sentir um enorme orgulho quando diz: sou Professor.

Sempre acreditei que esta é uma das profissões mais importantes do mundo.

Porque ser professor é muito mais do que ensinar uma matéria ou transmitir conhecimento. É olhar para uma criança ou para um jovem e conseguir ver aquilo que, muitas vezes, ele próprio ainda não consegue ver. É acreditar nas suas potencialidades. É ajudá-lo a descobrir caminhos, a ultrapassar dificuldades, a ganhar confiança e a perceber que pode ir mais longe.

Há poucas coisas tão bonitas como sabermos que, em algum momento, fizemos a diferença na vida de alguém. Porque, no fim, a importância de um professor não cabe num decreto, não se mede numa tabela, nem se resume a números ou estatísticas.

Mede-se nas vidas que ajudámos a transformar. Naquele aluno que não desistiu porque alguém acreditou nele. Naquele jovem que encontrou o seu caminho. Na memória de quem, muitos anos depois, ainda se lembra de um professor, de uma palavra, de um gesto, de um conselho que fez a diferença.

É aí que está uma parte insubstituível da grandeza da nossa profissão.

E talvez seja essa uma das razões pelas quais continuamos. Porque sabemos que aquilo que fazemos importa. Importa aos nossos alunos, às suas famílias e ao futuro do nosso país.

Mas é também precisamente por gostar desta profissão e por acreditar profundamente nela que não me resigno à sua desvalorização.

Quero uma profissão respeitada e reconhecida pela sociedade. Quero uma carreira docente que valorize verdadeiramente o trabalho, a experiência e a dedicação de cada professor.

Quero melhores condições de trabalho e, sobretudo, quero que voltemos a ter tempo para sermos professores.

Tempo para preparar as nossas aulas, para ensinar, para acompanhar cada aluno, para estudar, pensar, atualizar conhecimentos e melhorar aquilo que fazemos. E quero que deixemos de desperdiçar tantas horas em reuniões, projetos, procedimentos, tarefas administrativas e numa componente não letiva cada vez mais preenchida por tudo aquilo que nos afasta da razão pela qual escolhemos esta profissão: ensinar.

Quero uma escola onde os professores possam concentrar-se no essencial e onde exista um bom ambiente para ensinar e para aprender. Uma escola onde a indisciplina, a intimidação e a violência não sejam normalizadas nem toleradas; onde se promova o respeito, a responsabilidade e uma verdadeira cultura de convivência escolar.

E quero que seja devolvida aos professores a autoridade que precisam para exercer plenamente a sua missão. Não uma autoridade baseada no autoritarismo, mas a autoridade de quem educa, estabelece regras, exige respeito e assume a responsabilidade de ajudar cada aluno a crescer.

Porque também isto é valorizar os professores: dar-lhes tempo para serem professores, condições para ensinar e autoridade para educar.

sempre AO LADO DOS PROFESSORES

E quero que os mais jovens possam voltar a olhar para esta profissão com entusiasmo e dizer, sem hesitar: “Eu quero ser professor.” Esse é o futuro que temos de construir.

Na FNE, continuaremos a privilegiar o diálogo, a negociação e a procura de soluções. Mas fá-lo-emos sem abdicar daquilo em que acreditamos e daquilo que consideramos justo para os professores e educadores.

Porque dialogar não é desistir das nossas convicções. Ser responsável não é resignarmo-nos. E procurar acordos nunca pode significar, deixar de lutar pelo que ainda falta conquistar.

Temos desafios exigentes pela frente. Sabemo-lo.

Mas eu também sei outra coisa: conheço a força, a competência e a enorme humanidade dos milhares de educadores e professores que, todos os dias, entram numa escola e continuam a acreditar nos seus alunos.

É nessa força que confio.

E sei também que muitos de vós confiam em nós. Confiam na nossa voz, na nossa ação e na responsabilidade com que procuramos representar-vos. Essa confiança exige muito de nós e nunca pode ser tomada como garantida.

Por isso, continuaremos a procurar, em cada negociação e em cada decisão, resultados concretos que façam a diferença na vida dos professores e educadores: melhores condições de trabalho, uma carreira mais justa, maior valorização profissional e mais respeito pela nossa profissão.

Fá-lo-emos com sentido de responsabilidade, com independência e com a firmeza necessária, sem outros interesses que não sejam os daqueles que representamos.

Porque é essa a nossa obrigação: saber dialogar quando o diálogo permite avançar, saber exigir quando é preciso exigir e, acima de tudo, não perder de vista aquilo que verdadeiramente importa: melhorar a vida profissional de quem todos os dias faz a Escola acontecer.

Neste Dia Mundial do Professor, deixo-vos uma palavra de confiança e de esperança: continuemos a acreditar na nossa profissão, a defendê-la e a lutar para que seja respeitada e valorizada, sem nunca perdermos, apesar de todas as dificuldades, o orgulho de dizer: Sou Professor.

Feliz Dia Mundial do Professor!"

DIA 5 outubro MUNDIAL DO PROFESSOR PORTUGAL

Negociação para revisão dos requisitos de habilitação para a docência

FNE admite medida transitória para garantir aulas no 1º ciclo, mas defende a formação pedagógica dos professores

Manuel Teodósio (Vice SG da FNE), à saída da reunião de 27 de outubro com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) sobre revisão dos requisitos de habilitação para a docência, afirmou que "***a possibilidade de licenciados em Educação Básica lecionarem antes de concluírem o mestrado ou a profissionalização, constitui uma resposta excecional à falta de professores, sublinhando a necessidade de assegurar a qualificação pedagógica dos profissionais".***



O Governo pretende permitir, a título transitório, que licenciados em Educação Básica possam lecionar no 1.º ciclo do ensino básico antes de concluírem o mestrado e a formação pedagógica necessária à profissionalização. A proposta, apresentada pelo MECI aos sindicatos de professores, procura responder à falta de docentes que tem deixado alunos sem aulas, particularmente na região de Lisboa.

A FNE reconhece a gravidade da situação e a necessidade de encontrar soluções que garantam o direito dos alunos à educação. Contudo, a possibilidade de recorrer a profissionais que ainda não concluíram a formação pedagógica não reúne o entusiasmo da FNE: ***"Estamos entre a espada e a parede: entre alunos sem aulas de todo ou alunos a terem aulas com profissionais que querem ser professores, mas ainda não concluíram a formação pedagógica, optamos pelo mal menor"***, explicou Manuel Teodósio, à agência Lusa no final do encontro.

A FNE considera fundamental que esta solução tenha um caráter efetivamente transitório e que não se transforme numa alternativa permanente à formação e qualificação exigidas para o exercício da profissão docente.

Formação pedagógica deve ser garantida

Segundo a informação transmitida pelo Ministério, a alteração legislativa deverá estabelecer o compromisso de assegurar, com a maior brevidade possível, a formação pedagógica aos profissionais abrangidos, permitindo-lhes obter a necessária profissionalização.

Para a FNE, este compromisso assume particular importância, uma vez que a resposta à escassez de professores deve conciliar a garantia de aulas com a qualidade do ensino e a valorização da profissão docente.

A Federação acompanha, assim, a necessidade de encontrar respostas para situações de emergência, sem deixar de sublinhar a importância de medidas estruturais que permitam atrair e fixar professores nas escolas, evitando que a falta de docentes continue a comprometer o percurso educativo dos alunos.

FNE irá pronunciar-se sobre a proposta legislativa

A proposta de alteração legislativa foi recebida pela FNE a 26 de outubro de 2026 - um dia antes da reunião com o MECI - dispondo até 30 de outubro de 2026 para apresentar ao Ministério a sua posição final sobre as mudanças previstas.

O Governo pretende que o diploma entre em vigor com a maior brevidade possível, de forma a responder às situações de alunos sem professor atribuído.

A FNE continuará a acompanhar o processo, defendendo que qualquer medida excecional deve ser acompanhada de garantias claras quanto à sua duração, à formação pedagógica dos profissionais envolvidos e à qualidade do ensino prestado aos alunos.





FNE analisa proposta de avaliação do EPE e prepara contributos para a sua revisão

A Federação Nacional da Educação (FNE), representada pelo Secretário-Geral, Pedro Barreiros, e pelo Secretário-Geral Adjunto, Paulo Fernandes, participou no dia 28 de outubro de 2026, em Lisboa, numa reunião de negociação coletiva com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), relativa ao Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Trabalhadores do Ensino Português no Estrangeiro (EPE), na qual a tutela apresentou uma proposta.

À saída do encontro, Pedro Barreiros e Paulo Fernandes afirmaram que a FNE iria analisar detalhadamente o documento apresentado, salientando, contudo, que ***"a proposta ainda se encontra incompleta, uma vez que faltam elementos e anexos considerados essenciais para uma apreciação devidamente fundamentada"***.

Durante a reunião, foi também transmitido que a versão agora apresentada poderá ainda sofrer alterações antes do seu envio formal às organizações sindicais, em formato editável. O documento poderá, assim, incorporar ajustamentos decorrentes dos contributos recolhidos no encontro e da necessidade de introduzir algumas alterações ao texto inicial.

A FNE voltou a sublinhar a importância de um modelo de avaliação justo, credível e transparente, reiterando a sua oposição a quaisquer constrangimentos ou mecanismos de imposição de quotas. **Para a FNE, a avaliação dos trabalhadores deve assentar em critérios claros e adequados, garantindo condições de equidade e justiça no processo avaliativo.**

Na sequência desta reunião, a FNE irá preparar e remeter ao MNE os seus contributos e propostas de alteração, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do regulamento.

Está prevista a realização de uma nova reunião dentro de aproximadamente três semanas, embora a data ainda não esteja definida. Este próximo encontro deverá permitir dar continuidade à análise da proposta e à discussão das alterações a introduzir.

A FNE continuará a acompanhar este processo, defendendo um modelo de avaliação que respeite os direitos dos trabalhadores do ensino português no estrangeiro e assegure transparência, credibilidade e justiça em todas as suas etapas.







SPZN SPZC SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA CENTRO · SPGL GRANDE LISBOA · SDPSUL · SDPA SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS PROFESSORES DOS AÇORES · SPM MADEIRA · SPGL · STEZN · STAE ZONA CENTRO · STAE SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

Campanha “O país que queremos começa na escola” a todo o gás pelo país

A Federação Nacional da Educação (FNE) e os seus sindicatos prosseguiram ao longo do mês de outubro a campanha nacional **"O país que queremos começa na escola",** uma iniciativa que pretende afirmar a importância da Educação e dos seus profissionais na construção de um país mais qualificado, mais justo, mais desenvolvido e preparado para enfrentar os desafios do futuro.

A campanha parte de uma ideia fundamental: não existe uma Escola Pública de qualidade sem profissionais respeitados, valorizados e reconhecidos.

Professores, educadores, formadores, técnicos e trabalhadores de apoio educativo desempenham diariamente um papel essencial nas escolas e na sociedade. Criar melhores condições para estes profissionais significa, também, criar melhores condições para os alunos e para a Educação.

Neste sentido, esta campanha da FNE assenta em **cinco compromissos fundamentais:**



as carreiras, os salários e as condições de trabalho dos profissionais da educação;

quem ensina, educa e trabalha diariamente nas nossas escolas;

estabilidade, dignidade profissional e tempo para ensinar;

numa Escola Pública de qualidade, inclusiva e preparada para os desafios do futuro;

que investir nos profissionais da educação é investir diretamente no futuro do país.

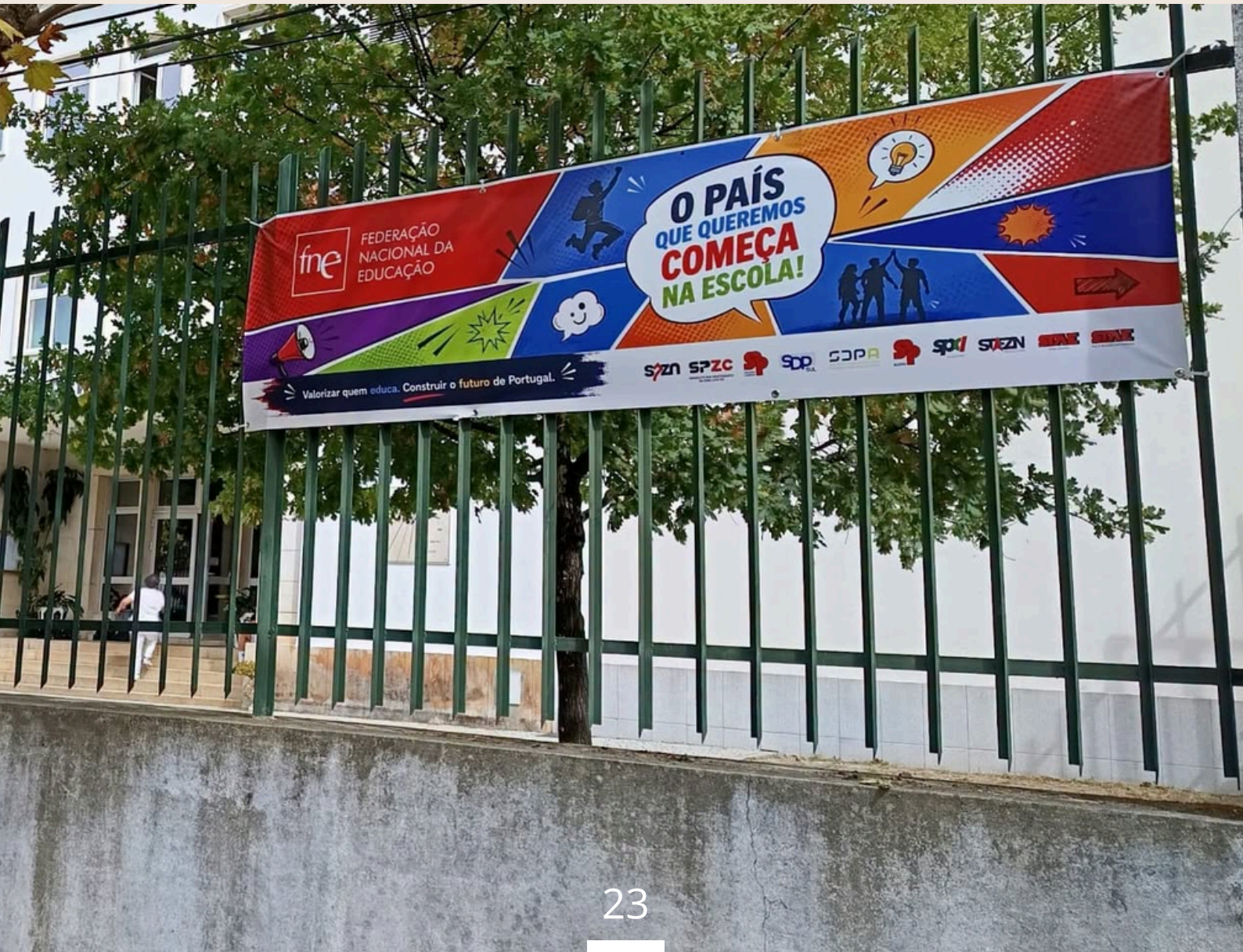
Com esta iniciativa, a FNE pretende levar a cada escola uma mensagem de valorização da Educação e de quem nela trabalha, sublinhando que o futuro não começa amanhã: começa já hoje, na escola.

UMA FAIXA EM CADA ESCOLA. UMA MENSAGEM EM TODO O PAÍS.

A ação pretende igualmente mobilizar profissionais da Educação e a sociedade em geral para a defesa de uma Escola onde existam condições para trabalhar e aprender, onde os profissionais sejam respeitados, onde seja possível atrair e valorizar novos professores e onde ninguém desista de ensinar por deixar de acreditar que o seu trabalho vale a pena.

DEFENDER QUEM EDUCA É DEFENDER A ESCOLA.
DEFENDER A ESCOLA É DEFENDER O FUTURO.

Acompanhe tudo sobre esta campanha nos sites oficiais e redes sociais da FNE e dos seus Sindicatos.





GALERIA DE FOTOS













O FUTURO NÃO COMEÇA AMANHÃ.
COMEÇA HOJE, NA ESCOLA.









SCAN HERE

ESTA ESCOLA TAMBÉM FAZ PARTE DESTA MENSAGEM.
CONHEÇA A CAMPANHA.

O PAÍS QUE QUEREMOS COMEÇA NA ESCOLA!

fne
www.fne.pt


fne
O PAÍS
QUE QUEREMOS
COMEÇA
NA ESCOLA!
Valorizar quem educa. Construir o futuro de Portugal.

Defender a democracia é saber respeitar o direito de quem protesta...

E PROCURAR SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS QUE LEVAM AS PESSOAS À RUA.



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO



O direito à manifestação, a dignidade humana e o respeito pela democracia não podem ser postos em causa

A FNE acompanhou com preocupação os acontecimentos relacionados com as manifestações em várias cidades portuguesas nas últimas semanas de outubro.

Em comunicado enviado às redações, a FNE afirmou que o direito à manifestação e à expressão pública do descontentamento constitui uma conquista fundamental da nossa democracia. É um direito constitucional que importa respeitar e proteger, independentemente das causas defendidas ou das posições políticas de quem o exerce.

A FNE reconhece que as dificuldades no acesso à habitação representam um problema social sério, que afeta milhares de trabalhadores e famílias, incluindo muitos profissionais da educação. Não podemos ignorar que a falta de habitação a preços acessíveis constitui também um dos principais obstáculos à fixação de professores em determinadas zonas do país.

A esta realidade acresce o aumento dos custos com a alimentação, os transportes, os juros e outros bens e serviços essenciais, que tem vindo a agravar as dificuldades económicas das famílias e a comprometer as condições de vida dignas a que todos os cidadãos têm direito.

É fundamental não perder de vista que, por detrás dos números e das dificuldades económicas, estão pessoas, famílias e projetos de vida que merecem respeito e consideração. Por isso, mais do que reconhecer os problemas, importa encontrar respostas concretas, através de decisões políticas que coloquem as pessoas no centro das prioridades e correspondam às suas necessidades e legítimas expectativas. Uma sociedade verdadeiramente democrática não pode deixar de ouvir os seus cidadãos, compreender as suas dificuldades e procurar soluções que garantam maior justiça social, dignidade e qualidade de vida para todos.

É igualmente fundamental que o exercício do direito à manifestação decorra no respeito pela lei, pelos direitos dos outros cidadãos e pela integridade de pessoas e bens.

Da mesma forma, qualquer intervenção das forças de segurança deve respeitar os princípios da legalidade, da necessidade e da proporcionalidade. As situações que suscitem dúvidas quanto ao cumprimento destes princípios devem ser devidamente esclarecidas pelas entidades competentes, com transparência e rigor.

Para a FNE, a resposta aos problemas sociais não pode ficar reduzida ao confronto entre manifestantes e autoridades. É necessário ouvir as pessoas, compreender as razões do seu descontentamento e encontrar respostas concretas para os problemas que estão na origem destes protestos.

Enquanto organização sindical da educação, a FNE reafirma o seu compromisso com uma sociedade democrática, assente no diálogo, na justiça social, na liberdade e no respeito pela dignidade humana.

Defender a democracia é também saber respeitar o direito de quem protesta, exigir responsabilidade a quem exerce a autoridade e procurar soluções para os problemas que levam as pessoas à rua.





CAMPANHA NACIONAL FNE

DEFENDER QUEM EDUCA.

DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA.

RESPEITO | AUTORIDADE | SEGURANÇA | VALORIZAÇÃO

Sem respeito não há aprendizagem.
Sem aprendizagem não há Escola Pública.

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA CENTRO



Assine a Petição e o Manifesto FNE pela Escola Pública

"Defender quem educa. Defender a Escola Pública."

Manifesto Nacional e Petição à Assembleia da República querem mobilizar milhares de cidadãos pelo respeito, autoridade, segurança e valorização dos profissionais da Educação.

A FNE tem em andamento a Campanha Nacional "Defender quem educa. Defender a Escola Pública.", uma iniciativa que pretende colocar no centro do debate público o respeito por quem trabalha nas escolas, o combate à indisciplina e à violência, o reforço da autoridade dos profissionais da Educação e a criação de condições efetivas para ensinar e aprender em segurança.

A campanha parte de uma convicção clara: defender a autoridade de educadores, professores e restantes profissionais da Educação não é uma reivindicação corporativa. É defender o direito dos alunos a aprender e a própria qualidade da Escola Pública. A FNE considera que os fenómenos de indisciplina, desrespeito, violência e conflitualidade não podem ser normalizados, porque perturbam o funcionamento das escolas, comprometem as aprendizagens e fragilizam quem nelas trabalha diariamente.

É por isso que a campanha se desenvolve sob quatro palavras fundamentais — Respeito, Autoridade, Segurança e Valorização — e assume uma mensagem que a FNE quer levar às escolas e à sociedade:

Sem respeito não há aprendizagem.
Sem aprendizagem não há Escola Pública.



Um Manifesto para construir um compromisso nacional

Um dos eixos centrais da campanha será o Manifesto Nacional pelo Respeito, Autoridade e Segurança na Escola Pública, aberto à subscrição de profissionais da Educação, famílias, investigadores, especialistas, instituições e cidadãos.

Com este Manifesto, a FNE pretende recolher milhares de assinaturas e construir uma ampla frente social em defesa da Escola Pública, demonstrando que o respeito por quem educa e trabalha nas escolas é uma responsabilidade que ultrapassa os profissionais e envolve toda a sociedade.

O Manifesto defende, entre outras medidas, o reforço efetivo da autoridade dos profissionais da Educação; respostas rápidas e proporcionais perante situações de indisciplina e violência; o reforço de assistentes operacionais, técnicos especializados, psicólogos e mediadores; proteção jurídica dos profissionais vítimas de agressões, ameaças ou assédio; maior corresponsabilização das famílias; um Plano Nacional para a Convivência Escolar; e uma estratégia efetiva de valorização dos profissionais e da Escola Pública.

A FNE quer que este seja um compromisso transversal à sociedade portuguesa, porque quando a autoridade de quem educa é fragilizada, não perde apenas o profissional: perdem os alunos, as famílias, a escola e o país.



Petição Nacional vai levar a exigência à Assembleia da República

A mobilização terá igualmente uma dimensão institucional através da Petição "Defender quem educa é defender a Escola Pública" que será entregue na Assembleia da República, depois de uma mobilização nacional com o objetivo de **recolher milhares de assinaturas.**

A FNE exige respostas concretas para reforçar o respeito, a autoridade e a segurança nas escolas, defendendo **procedimentos disciplinares mais eficazes, reforço dos recursos humanos, apoio jurídico aos profissionais, um Plano Nacional para a Convivência Escolar e a valorização da Escola Pública e de quem nela trabalha.**

A recolha de assinaturas decorre **até 11 de dezembro de 2026, através dos sindicatos da FNE.**



OE2027: FNE exige reforço do investimento na Educação e medidas concretas de valorização dos profissionais

A FNE defendeu através de um comunicado enviado às redações, que o Orçamento do Estado para 2027 deve assumir a Educação como prioridade nacional, garantindo o reforço do investimento público, a valorização dos profissionais e a melhoria das suas condições de trabalho.

Para a FNE, o Orçamento do Estado é a expressão financeira das opções políticas do Governo e, por isso, deve demonstrar, de forma clara e inequívoca, a importância atribuída à Educação.

Neste sentido, a FNE defende que o OE2027 deve estabelecer uma trajetória sustentada de aproximação do investimento público em Educação aos 6% do Produto Interno Bruto (PIB), assegurando que esse esforço se traduz em melhorias concretas para os profissionais, para as escolas e para os alunos.

Entre as prioridades identificadas pela FNE está o cumprimento integral do acordo celebrado com o Governo em 21 de maio de 2024, garantindo o pagamento da última parcela da recuperação do tempo de serviço dos docentes, prevista para julho de 2027.

A Federação considera igualmente indispensável corrigir as ultrapassagens na carreira e aproveitar o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente para concretizar medidas de valorização profissional, nomeadamente através de salários mais justos, da valorização de todos os escalões e da melhoria efetiva das condições de trabalho.

Menos burocracia, horários adequados e mais tempo para ensinar são também exigências centrais da FNE, que defende o reconhecimento da natureza letiva de todo o trabalho direto com os alunos, permitindo aos professores dedicar mais tempo à preparação das aulas, ao acompanhamento dos estudantes e à sua missão educativa.

A FNE sublinha ainda que a valorização da Educação não pode ficar limitada aos docentes. É fundamental reconhecer e valorizar todos os trabalhadores das escolas, reforçar as equipas educativas e assegurar os recursos humanos e materiais necessários para responder aos desafios da inclusão, da indisciplina e da qualidade das aprendizagens.

A Federação reafirma a sua disponibilidade para continuar a apresentar propostas e a participar construtivamente nos processos negociais, defendendo que o Orçamento do Estado para 2027 deve representar um compromisso efetivo com a Escola Pública e com todos os que nela trabalham e aprendem.

Para a FNE, investir na Educação é investir no futuro do país.

E valorizar quem educa é defender a Escola Pública.





A Educação como compromisso de Estado

A revisão do Estatuto da Carreira Docente e o debate sobre o Orçamento do Estado para 2027 colocam à prova as prioridades da política educativa. O que está em causa é a capacidade de Portugal garantir uma Escola Pública que ensine bem, acolha todos e reduza o peso da origem social no destino de cada aluno. As decisões sobre carreiras e financiamento devem ser avaliadas pelo contributo que dão para cumprir esta responsabilidade.

Uma política educativa consequente precisa de objetivos que atravessem os ciclos governativos. As escolas devem saber com que recursos podem contar e dispor de tempo para consolidar o trabalho. Alterar orientações antes de avaliar os seus efeitos fragiliza a confiança e dificulta a melhoria. A continuidade deve ser acompanhada de avaliação pública, que permita corrigir o que falha e preservar aquilo que demonstra resultados.

A **resposta à falta de professores exige planeamento para vários anos,** articulando a formação inicial com as necessidades das escolas e as condições de fixação nos territórios. Uma carreira justa, com progressão previsível e reconhecimento da experiência, é parte dessa resposta. Também o são a qualidade da formação, o acompanhamento de quem começa e horários que permitam preparar aulas e apoiar os alunos. A atratividade da profissão constrói-se no trabalho.

No financiamento, a equidade deve orientar a distribuição dos recursos. Tratar de forma igual escolas que enfrentam dificuldades diferentes pode aprofundar desigualdades. Os critérios devem reconhecer os contextos sociais, as necessidades de apoio à aprendizagem e a diversidade linguística. A inclusão implica garantir equipas estáveis e respostas atempadas. A sua concretização exige compromissos financeiros que permitam planear para além de cada ano letivo.



A autonomia das escolas exige capacidade de decisão sobre os meios e a organização pedagógica, com responsabilidades claras e prestação de contas. A descentralização deve aproximar as respostas das comunidades, preservando garantias nacionais de qualidade. O acesso de um aluno a apoios essenciais não pode depender da capacidade financeira do município onde vive. Cabe ao Estado assegurar essa igualdade, em todo o território.

Também a simplificação administrativa é uma escolha política. Exige que a administração reveja o que pede às escolas, elimine duplicações e avalie a utilidade dos procedimentos. O tempo gasto a alimentar plataformas tem de ser justificado pelo benefício que traz ao ensino. Libertar tempo para o trabalho pedagógico deve ser um objetivo verificável das reformas, assumido por quem as desenha e quem as aplica.

Estas **escolhas precisam da participação dos profissionais e de diálogo** com as suas organizações representativas. Ouvir quem ensina permite antecipar dificuldades e construir soluções exequíveis. A avaliação das políticas deve atender ao que os alunos aprendem, às desigualdades que se conseguem reduzir e à capacidade das escolas para sustentar essas melhorias.

Defendo uma política educativa capaz de dar continuidade ao que funciona e de corrigir aquilo que limita o direito a aprender. Um compromisso de Estado exige financiamento, responsabilidade e decisões que resistam à mudança de protagonistas. O futuro de uma criança não pode ficar à espera de que a política acerte o passo.

Paulo Antunes
Diretor AE de Maximinos - Braga



Violência na escola: uma responsabilidade partilhada

A escola deve ser um espaço de segurança, aprendizagem e desenvolvimento humano. Quando a violência entra nas salas de aula, nos corredores ou nos espaços digitais, não está apenas em causa a segurança das vítimas: está em causa o bem-estar de toda a comunidade educativa e a própria missão da escola pública.

A violência em contexto escolar manifesta-se de diferentes formas: física, verbal, psicológica, relacional e digital. Nem sempre é visível, mas pode deixar marcas profundas na autoestima, na saúde psicológica, na aprendizagem e no sentimento de pertença dos alunos. Também os profissionais da educação são afetados pela exposição continuada a situações de agressividade, conflito e desrespeito.

Enquanto Psicóloga Educacional, considero fundamental compreender as causas e os contextos em que estes comportamentos surgem, sem nunca confundir compreensão com desculpabilização. Prevenir a violência implica proteger as vítimas, responsabilizar quem agride e promover formas mais saudáveis de relacionamento.

A educação para o respeito começa na família, continua na escola e exige o compromisso de todos os adultos que acompanham o crescimento das crianças e dos jovens.

A família é o primeiro espaço de aprendizagem de valores, limites e comportamentos. A forma como os adultos comunicam, resolvem conflitos e respeitam os outros constitui uma referência essencial para as crianças. A responsabilidade parental implica acompanhar o percurso dos filhos, conhecer as suas relações, supervisionar a utilização das tecnologias e intervir perante comportamentos agressivos ou intimidatórios.

Perante uma situação de violência, é importante que os pais escutem os filhos sem desvalorizar o sofrimento das vítimas nem justificar automaticamente os comportamentos dos próprios educandos. Proteger uma criança não significa desculpabilizar tudo o que faz. Significa ajudá-la a reconhecer os seus atos, compreender as suas consequências e aprender a reparar os danos causados.

Naturalmente, as famílias enfrentam realidades distintas e podem precisar de orientação e apoio. A responsabilização deve, por isso, caminhar a par do diálogo e da cooperação, sem julgamentos generalizados.

À escola compete garantir um ambiente educativo seguro, prevenir, identificar e intervir perante situações de violência. Esta missão, porém, não pode ser cumprida isoladamente. A cooperação entre famílias, docentes, assistentes operacionais, psicólogos e direções escolares é indispensável, com responsabilidades claras e respeito pelas competências de cada interveniente.

Neste contexto, a Psicologia em meio escolar assume um papel fundamental na identificação precoce de fatores de risco, no apoio às vítimas, na intervenção junto dos alunos que manifestam comportamentos agressivos e na orientação das famílias e dos profissionais. Contudo, os psicólogos não devem ser chamados apenas quando os problemas já estão instalados. A prevenção exige continuidade, recursos humanos suficientes e condições de trabalho que permitam uma intervenção efetiva.

Também não podemos responsabilizar exclusivamente os profissionais da educação por todas as manifestações de violência. Exigir respostas eficazes implica valorizar quem trabalha nas escolas, assegurar formação e garantir mecanismos de articulação com as famílias e os serviços especializados.

A violência escolar não se resolve apenas com punições ou medidas pontuais. Exige prevenção, limites claros, responsabilização e uma cultura de respeito construída diariamente. Precisamos de famílias que acompanhem e eduquem, de escolas que protejam e intervenham e de profissionais que disponham das condições necessárias para cumprir a sua missão.

Educar é uma responsabilidade partilhada, mas não indiferenciada. A família tem um papel insubstituível na formação de valores e comportamentos; a escola tem uma missão educativa e protetora que não pode ser secundarizada.

Enquanto Psicóloga Educacional, acredito que proteger quem aprende e quem educa é proteger a própria escola. A violência não pode ser normalizada, a prevenção não pode ser adiada e a educação para o respeito não pode ser delegada exclusivamente numa instituição. Uma escola mais segura começa na forma como educamos as nossas crianças, nos exemplos que lhes damos e na capacidade de todos os adultos assumirem, em conjunto, a responsabilidade de construir relações mais respeitadoras e humanas.

Susana Rei Cunha - Psicóloga Educacional
Membro do Conselho Geral do STAE Sul e R.A.



Sindicatos europeus do ensino superior preocupados com ameaças crescentes na educação

Os sindicatos europeus do ensino superior estão muito apreensivos com as ameaças crescentes à liberdade académica, à redução do investimento público e à crescente comercialização na educação.

Nos dias 14 e 15 de outubro de 2026, a Comissão Permanente de Ensino Superior e Investigação do CSEE foi recebida em França pelo Sindicato Nacional da Investigação Científica. A reunião centrou-se numa preocupação comum em toda a Europa: a diminuição da atratividade das carreiras académicas e a necessidade de defender o ensino superior e a investigação como um bem público.

Os sindicatos académicos debateram as crescentes ameaças à liberdade académica, a redução do investimento público, o aumento da chamada Nova Gestão Pública (o gerencialismo) e da comercialização, a deterioração das condições de trabalho e a erosão de um diálogo social significativo.

Os participantes de vários países salientaram que estas tendências estão a comprometer a qualidade do ensino e da investigação e a enfraquecer a missão social das universidades.

A reunião analisou também o trabalho da UNESCO em matéria de liberdade académica e científica, a revisão da Recomendação da UNESCO sobre o Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Superior, o futuro dos investigadores em início de carreira e os preparativos para a Conferência Ministerial do Processo de Bolonha de 2027.

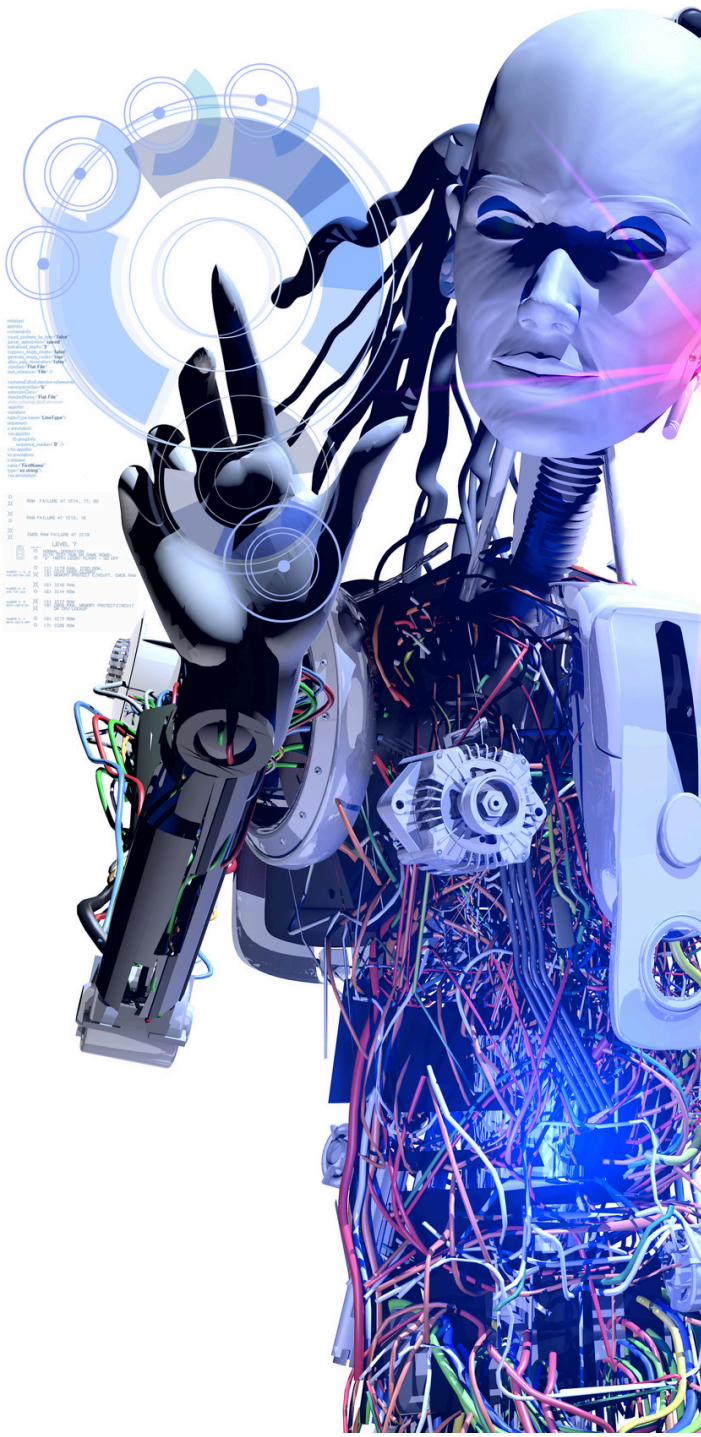
Os participantes concordaram que existe uma necessidade urgente de mais investimento público nos setores do ensino superior e da investigação, na criação de postos de trabalho e no emprego estável, bem como de pôr fim à precariedade excessiva nos países europeus.

Digitalização e IA são preocupação

Os sindicatos relataram uma dependência generalizada de contratos a termo certo, dificuldades na progressão na carreira, perdas salariais e financiamento insuficiente para a investigação. Os participantes salientaram que o trabalho permanente deve ser apoiado por financiamento permanente, que a liberdade académica não pode existir sem segurança no emprego e que os investigadores em início de carreira devem ser reconhecidos como trabalhadores com plenos direitos laborais e de proteção social.

A negociação coletiva e o diálogo social foram repetidamente identificados como instrumentos essenciais para melhorar os salários, as condições de trabalho, as perspetivas de carreira e a participação do pessoal académico na governação universitária.

Os sindicatos também sublinharam a importância de defender o direito de organização, reforçar os acordos coletivos, garantir a igualdade salarial e a não discriminação, melhorar a saúde mental e o bem-estar dos profissionais, e proteger o pessoal do controlo excessivo por parte da gestão e dos impactos negativos da digitalização e da utilização da IA.



Os sindicatos de académicos e investigadores europeus manifestaram a sua solidariedade para com os estudantes e o pessoal do ensino superior francês na sua luta por um orçamento público suficiente, cujas reivindicações incluem os seguintes pontos:

- **As reivindicações dos nossos estudantes são as nossas!, uma vez que 50% dos estudantes saltam refeições por falta de dinheiro.**

- **Revogação do Parcoursup! Criação de vagas universitárias suficientes!, uma vez que, todos os anos, milhares de jovens em França ficam sem vaga no ensino superior.**

- **Criação de postos de trabalho nas universidades!, uma vez que as universidades francesas perderam milhares de postos de trabalho, enquanto o número de estudantes aumentou.**

- **Igualdade salarial entre homens e mulheres!, uma vez que os (as) funcionários (as) universitários (as) ganham, em média, significativamente menos do que os homens.**

- **Aumento de 20% no valor do ponto de índice!, uma vez que os salários do setor público perderam mais de 20% do seu poder de compra em França.**

- **Liberação imediata de mil milhões de euros para acolher os estudantes rejeitados pelo Parcoursup!, uma vez que centenas de milhares de candidatos não recebem a vaga no ensino superior que solicitaram.**

Dia Mundial da Saúde Mental 2026: **Da consciencialização à prevenção na educação**

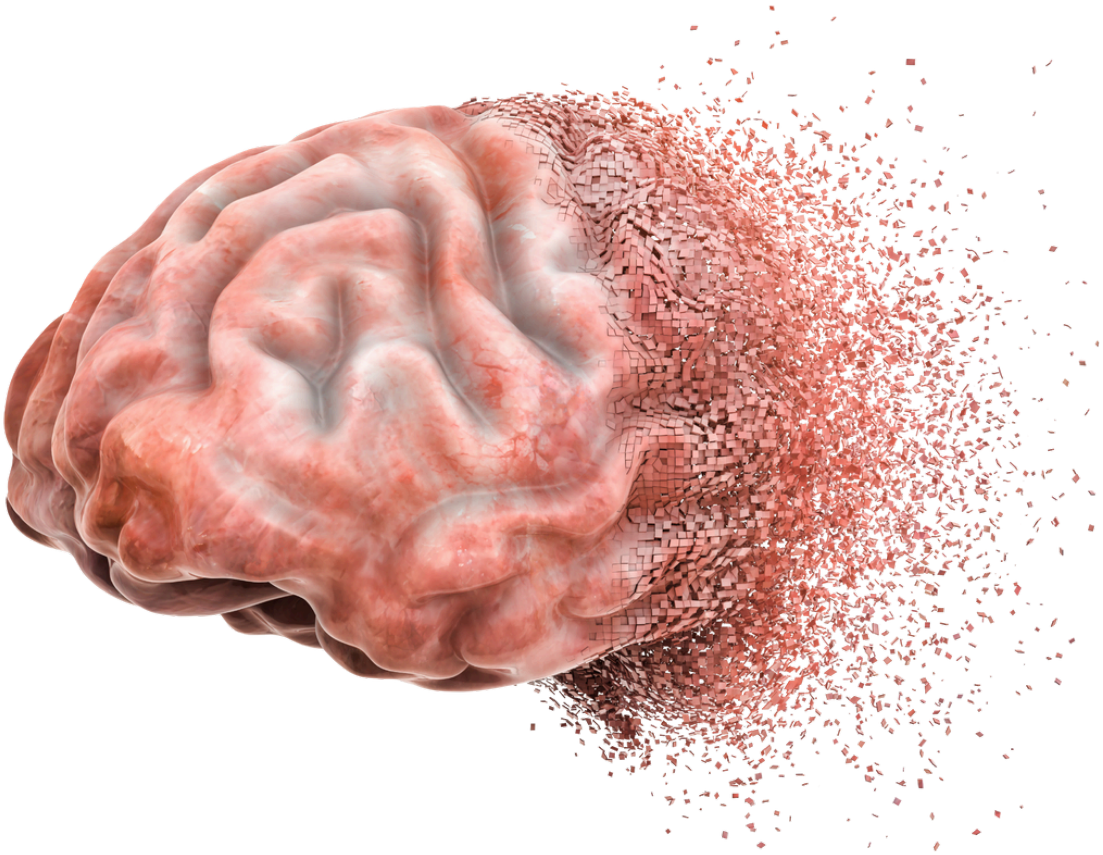
Assinalado anualmente a 10 de outubro, o Dia Mundial da Saúde Mental constitui uma oportunidade para refletir sobre a importância da saúde mental no local de trabalho, particularmente no setor da educação.

A docência é uma profissão de elevado valor social, essencial à inclusão, ao desenvolvimento dos estudantes e à formação das futuras gerações. Contudo, as condições de trabalho e a sua organização expõem os profissionais da educação a riscos psicossociais que afetam o seu bem-estar e a permanência na profissão.

Segundo a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, a carga administrativa é uma das principais fontes de stress entre os professores. A esta juntam-se as crescentes exigências de prestação de contas, preparação de aulas e acumulação de responsabilidades. A falta de reconhecimento profissional, a reduzida participação nas decisões e a insuficiência de apoio no local de trabalho agravam estes desafios.

As consequências incluem o esgotamento profissional (burnout), o absentismo e o abandono da profissão, contribuindo para a escassez de docentes na Europa e comprometendo a qualidade da educação.





Pelo contrário, a autonomia profissional, uma liderança de apoio, relações de trabalho positivas, oportunidades de desenvolvimento e recursos humanos adequados são fatores essenciais à proteção da saúde mental. A prevenção deve, por isso, centrar-se nas condições de trabalho e na organização das instituições, e não apenas na capacidade individual de lidar com o stress.

Neste contexto, o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) tem promovido medidas concretas de prevenção dos riscos psicossociais. Em 2025, o CSEE e a Federação Europeia de Empregadores da Educação (EFEE) adotaram as Diretrizes Europeias Conjuntas sobre a Prevenção de Riscos Psicossociais na Educação.

O documento disponibiliza recomendações práticas para empregadores, sindicatos e autoridades públicas, promovendo a identificação e prevenção destes riscos através do diálogo social e de medidas institucionais.

Disponíveis em 14 idiomas, as diretrizes apoiam a criação de ambientes educativos mais saudáveis.

O CSEE e a EFEE colaboraram também com a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) no desenvolvimento de ferramentas interativas de avaliação de riscos (OiRA), adaptadas à educação infantil, ao ensino secundário e ao ensino superior e investigação.

Estas ferramentas ajudam as instituições a identificar e avaliar riscos profissionais e a definir planos de prevenção, envolvendo os trabalhadores e os seus representantes num processo participativo e contínuo.

A necessidade de reforçar a ação europeia ganhou novo impulso em seis de outubro de 2026, com a aprovação, pelo Parlamento Europeu, do relatório sobre riscos psicossociais relacionados com o trabalho, stress e saúde mental, da autoria da eurodeputada Estelle Ceulemans.

A resolução solicita à Comissão Europeia uma avaliação de impacto e uma proposta legislativa que reforce a proteção dos trabalhadores. Entre as medidas propostas encontram-se avaliações de risco regulares e participativas, planos de ação, reforço da inspeção do trabalho, combate à violência e ao assédio e maior participação dos trabalhadores e dos seus representantes.

Apesar de o texto aprovado ser menos ambicioso do que a proposta inicial quanto à adoção de medidas vinculativas constitui um sinal político importante sobre a necessidade de prevenir estes riscos.

Por ocasião do Dia Mundial da Saúde Mental, o CSEE apela às instituições europeias, aos governos e aos empregadores da educação para que ultrapassem a mera consciencialização e invistam numa prevenção efetiva. Proteger a saúde mental dos profissionais da educação é não só uma questão de saúde e segurança no trabalho, mas também uma condição indispensável para garantir sistemas educativos públicos de qualidade, inclusivos e sustentáveis.



DIA NACIONAL DO TRABALHADOR
DE APOIO EDUCATIVO

CONFERÊNCIA 2026

CELEBRAR QUEM FAZ ACONTECER

TRABALHADORES DE APOIO EDUCATIVO: DESAFIOS

21 de novembro de 2026
Auditório do SPZN - Rua de Costa Cabral, 1035 – Porto



STAEZN · STAE Zona Centro · STAE Sul e Regiões Autónomas · fne Federação Nacional da Educação · aFIET